

do pelo Secretario da Fazenda e do Thesouro, na conformidade do art. 4.º da lei n. 2.004, de 19 de Dezembro de 1924.

2) — A applicação do resultado do emprestimo é confiada ao Secretario da Fazenda e do Thesouro, e não ao presidente do Instituto. Embora aquelle funcionario seja, por lei, o presidente do Instituto, as funções não se confundem. E, porque são distinctas, a lei n. 2.110-A, não entregou ao presidente do Instituto a applicação do resultado do emprestimo e, sim, ao Secretario da Fazenda e do Thesouro.

Compete-lhe a applicação do resultado do emprestimo, podes o Secretario da Fazenda pagar, com elle, os serviços do intermediario dessa operação, quer deduzindo a importancia da somma entregue pelos banqueiros, quer por meio de combinação com estes na fixação do tipo do emprestimo.

Tendo em vista a lei n. 2.004, de 1924, affirmai que o presidente do Instituto de Café não tinha competencia para deduzir do producto do emprestimo qualquer commissão para remunerar serviços de intermediarios, porque, em parte, alguma da lei, dessa lei de 1924, lhe era dada tal competencia, implicitamente.

3) — O pagamento de commissão a intermediarios de emprestimos depende das combinações, que se fazem entre os negociadores do emprestimo. O silencio da lei a respeito não torna illegal o pagamento desses serviços, que, ella tambem, não prohibe. O que affirmai, em parecer anterior, foi que a lei não dava ao presidente do Instituto de Café competencia, para, por si, archivar e pagar ao intermediario do emprestimo, e a competencia do presidente do Instituto, como, em regra, todas as competencias, é de direito exclusivo. Mas, agora, que se apresentam copias de actas do Conselho, em que se vê que o presidente levava ao conhecimento dos seus collegas os passos que a dando para realizar o emprestimo, e que os membros presentes do Conselho approvavam os passos dados (Acta da sessão de 2 de Janeiro de 1925), tenho de reconhecer que, se o presidente tomou a iniciativa, o Conselho foi com elle solidario. A acta não falla na commissão arbitrada ao intermediario; mas, sendo a applicação do producto do emprestimo da exclusiva competencia do Secretario da Fazenda e do Thesouro, essa omisión não tem importancia, porque não se refere a acto do presidente e sim a acto do Secretario da Fazenda, no exercicio das attribuições que lhe commette a lei de 1925. Alia, o Conselho ratificou todos os actos do presidente.

(Actas de 19 de Maio e 9 de Junho de 1925). Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1926. (a) Clevis Bevilacqua".

O autor proficiente das letras jurídicas, causidico, parlamentar — professor de direito, Dr. Manoel Villabom, escreveu:

Da exposição feita na consulta e dos documentos a que ella se refere e que a acompanhava, não me parece que possa ser objecto de controversia a legalidade do pagamento de uma commissão ao intermediario do emprestimo celebrado para a defesa do café.

Antes de tudo, tendo-se tornado imprevidivel a responsabilidade do Estado para a concessão desse emprestimo, a lei n. 2.110-A, de 29 de Dezembro de 1925, que o autorizou, implicitamente autorizou as despesas ou todas as despesas a isso necessarias, entre as quaes se comprehende, de modo inquestionavel, a de uma retribuição aos intermediarios que tiverem prestado serviços para a obtenção do emprestimo, despesa classica em operações dessa natureza e que é feita, tambem classicamente, sob a forma de uma commissão.

Quando ella pesa sobre os mutuantes, influe, inevitavelmente, no tipo do emprestimo, reduzindo-o.

Alinda mais: se a responsabilidade do mutuante ou do mutuário, pela commissão, influe sobre o tipo do emprestimo, e se a fixação do tipo, como a de juros, do prazo e forma do emprestimo, foi deixada expressamente, pela lei n. 2.110-A ao criterio do Poder Executivo, é claro, por mais esta razão, que a attribuição de uma commissão ao intermediario não dependia de uma autorização especial do Instituto.

Cumpra não esquecer que a lei n. 2.004, de 19 de Dezembro de 1924, já cogitava, como não podia deixar de fazer, das despezas necessarias á realização do emprestimo, quando mandava que fosse depositado em estabelecimento de credito, o "seu liquido producto".

Quando, por outro lado, ficou investido, pela citada lei, da faculdade de applicar o "resultado do emprestimo", até o resgate da responsabilidade que por elle assumiu o Estado, foi o Secretario da Fazenda e do Thesouro (art. 1.º, paragrafo 2.º).

Relvava, portanto, finalmente, que o Instituto de Café, pelo seu Conselho, a quem compete sua administração, accitou o emprestimo, tal como autorizado pela lei n. 2.110-A, tomou conhecimento do pagamento dessa commissão e o approvou na sessão extraordinaria de 23 de Janeiro e na de 9 de Junho deste anno; o que, allia, não era necessario.

De accordo com o exposto respondo ás perguntas ou consultas: A's tres primeiras e á ultima. — Sim. A' quarta. — Não. 2.º e no parecer s. m. j. S. Paulo, 4 de Agosto de 1926. (b) Manoel Pedro Vaz, Advogado.

2.º e laureado professor, luminar das letras jurídicas, nome victorioso no direito e na advocacia, o Dr. Alfredo Bernardes, escreveu:

Tendo em vista a exposição da consulta e os documentos annexos, por cópia respondo aos quesitos propostos, pela forma seguinte:

A lei do Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo, n. 2.004, de 19 de Dezembro de 1924, que criou o "Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café", com personalidade jurídica, — conferiu ao Secretario da Fazenda e do Thesouro, como seu presidente, entre outras attribuições:

1.º — a de celebrar uma operação de credito, consistente em um emprestimo, destinado á constituição do fundo de defesa permanente do café, e garantido pela taxa de produção, cuja cobrança cessará com a amortização integral do capital e juros do referido emprestimo, (arts. 1.º, 2.º, 4.º, n. II in fine, 6.º, da lei n. 2.004, de 1924).

e os tres outros membros — pessoas da notoria competencia em assumptos agrícolas e commerciaes, nomeadas pelo Presidente do Estado, sob indicação da lavoura cafeeira do Estado e da Associação Commercial de Santos.

Exercendo essa attribuição principal — a de "defesa permanente do café", nos termos dos artigos 7.º, ns. I, II e III e 8.º da cit. lei n. 2.004, de 1924, —

O Conselho, aparentemente autonomo, não o é de facto, porque as suas resoluções estão sujeitas ao veto do presidente — que é o Secretario da Fazenda e do Thesouro ou do vice-presidente — o Secretario da Agricultura — que o substitui. — (Art. 1.º, paragrafo unico da cit. lei n. 2.004, de 1924).

Assim dispoe a citada lei n. 2.004 — de 1924 — creadora do "Instituto de Defesa Permanente do Café",

na hypothese de ser o emprestimo contrahido sob a responsabilidade directa do "Instituto", como pessoa jurídica,

organizando a defesa permanente da produção do café, em beneficio, tanto do Estado, como dos agricultores de café, devidamente matriculados,

em virtude da valorização da exportação e melhoria e estabilidade dos preços, que ao Fisco, bem como á lavoura proporcionou lucros certos, resultantes do equilibrio do balanço economico-commercial quer exterior, como interior do país.

O emprestimo, porém, não foi obtido pelo Instituto sem a responsabilidade do Estado nos termos da lei do Congresso Legislativo n. 2.110-A, de 29 de Dezembro de 1925,

que autorizou o Poder Executivo a realizar no país ou no exterior, operações de credito, que julgar convenientes, ao tipo, juros, prazo e forma até o limite de dez milhões de libras, afim de ser applicado o producto respectivo como emprestimo ao Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café,

que, devidamente autorizado pelo Governo, dará a taxa de juro, como garantia preceptiva do dito emprestimo,

cujo producto, até que se verifique o resgate integral das responsabilidades do Estado, deverá ser applicado conforme determinar o Secretario da Fazenda e do Thesouro nos termos do art. 4.º da lei n. 2.004, de 19 de Dezembro de 1924.

Providenciou, outrossim, o Congresso Legislativo, em a lei n. 2.123, de 29 de Dezembro de 1925,

1.º) alterando no art. 21 a denominação — do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, que passará a ser do Instituto de Café do Estado de S. Paulo;

2.º) alterando no art. 20 o Instituto do pagamento de quaisquer impostos ou taxas estaduais ou municipais;

3.º) autorizando, no art. 19, o Governo não somente a vender ao Instituto, pelo preço da compra, os Armazéns Reguladores, que adquiriu do Governo Federal, mas, tambem,

a modificar o regulamento do Instituto, "ex-via do decreto n. 3.802, de 14 de Fevereiro de 1925, sempre que a experiencia aconsejar modificações,

quando novo regulamento se instituir, de offício do Estado do São Paulo, —

em que, não obstante, ter existido o Conselho, como seu órgão administrativo, igualmente composto, segundo o art. 1.º da cit. lei n. 2.004, de 19 de Dezembro de 1924 — e com as mesmas attribuições, discriminadas no primitivo regulamento e em do decreto n. 3.802, de 14 de Fevereiro de 1925, como consta dos arts. 7.º, 8.º, 15, 20, paragrafo unico, 24, 30, 31, 32, 34 e 35, 36, 38, 45, 58, 59, 64, 69, lettra b, do cit. decreto n. 4.031, de 22 de Março de 1926.

conferiu ao Secretario da Fazenda e do Thesouro, presidente nato do Conselho, além das attribuições privativas do art. 1.º, paragrafo unico e 4.º n. II da Lei Organica n. 2.004, de 19 de Dezembro de 1924, reproduzida no art. 3.º letra b do actual decr. reg. n. 4.031, de 22 de Março de 1926,

Portanto, realizando-se o emprestimo, nessas condições, principalmente exterior, e mediante autorização, por certo, comprehende o desdobramento das mesmas, entre as quaes se acham, além das commissões, as demais vantagens, auferidas pelos ditos intermediarios, conforme o tipo da emissão, abaixo ou acima do par, a taxa de juros, o systema de amortização, prazo, etc., —

Dahi, receber o Estado mutuario, não a importancia total do emprestimo contrahido, mas o seu producto liquido, isto é, deduzidas as alludidas despezas e a essa circumstancia se refere o art. 6 da citada lei n. 2.004, de 19 de Dezembro de 1924, ibi:

Realizado o emprestimo, seu liquido producto será depositado, etc.

Por isso correctamente pedem o Secretario da Fazenda e do Thesouro, como Presidentes do Instituto, estipulando, entre outras clausulas, relativas ao contrato de emissão do emprestimo,

a de commissão aos intermediarios, o que foi approvado pela Comissão, por unanimidade de votos, como consta das actas das sessões ordinarias do Instituto do Café de São Paulo, que, por cópia me foram exhibidas.

A medição, nessas condições, tendo por objecto operações bancarias, é acto de mercancia (art. 191, 1.ª alinea do Cod. Comm. e art. 19 do Reg. n. 737, de 1900); e, portanto, o mandato, conferido aos intermediarios para a obtenção dos emprestimos publicos ou particulares, tem a natureza de commissão mercantil,

em que a remuneração do trabalho é representada pela commissão, por direito accipere, como dispõem os arts. 136 a 138 do Cod. Commercial,

E' indifferente que o mutuario seja o Poder Publico, pois a operação de credito não perde a natureza de negocio, sujeito ás regras do direito privado patrimonial, ainda que, sob outros pontos de vista, o principio do direito publico domine as relações accessorias do negocio, que versem sobre hypotheca ou penhor das rendas, etc., em cuja constituição não se observam as regras do direito privado.

E, como despesa, inherente ás operações contrahidas, se comprehendem as referidas a commissão aos intermediarios, á formação e conclusão dos contratos, como sejam, entre outras, a sellos, a feitura do titulo ou escriptura, registro, archívamento, inscripção, transpuração, etc.

Tenho, desta arte, respondido englobadamente aos 2.º, 3.º, 4.º e 5.º quesitos e concluído o presente parecer.

PRO VERITATE

Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1926.

Dr. ALFREDO BERNARDES DA SILVA

Tendes ahi copia segura: de que não erramos e de que os vossos applausos ao nosso acto traduziram o acerto do vosso entendimento.

Elas, senhores membros do Conselho, quanto tempo feito. Para que avalléis do desenvolvimento do trabalho das varias escólas bastará notar o numero de processos submettidos ao nosso estudo e despacho, que já affogou a 4,736.

Na nossa sessão de installação desemos: "O Instituto vai ser o laço central entre a lavoura e as necessidades do consumo. Defendê-lo e prego que a actualidade justifica, mas não será instrumento creador de maiores perturbações do commercio quando repõe ou quando compra.

Dará ao adquirente ou ao exportador a impressão de registador honesto, normal, calmo e imperturbavel, prompto a intervir quando necessario.

Na regularização dos embarques de café para Santos fará a base immediata de um dos postulados do seu programma.

Na justa distribuição, obedecendo á ordem chronologica da entrada do producto nos armazéns reguladores, residir, empenhar o compromisso da sua direcção. Onde elle constar que algum pretenda violar essa ordem e assim o direito dos consumidores, estará sua accção, como já tem estado a do Governo do Estado, vigilante, energica e imperturbavel na pesquisa da transgressão e punição do delinquento.

A electrificação da Central

Que a electrificação da Central é um problema a ser considerado com urgencia e está a reclamar solução immediata e fora de toda a duvida. Por vezes temo encarecido a necessidade de de frontal-o e resolvido com presteza. Mas, que essa presteza não seja motivo para que elle se realize sem as devidas precauções e attendendo aos interesses da administração, do publico e da propria estrada.

Ha tempos, quando se cogitou, no Governo do Sr. Epitacio — que deviou as sommas destinadas ao grande empreendimento — dessa electrificação, chegou a se realizar uma concurrencia, que deixou de ter eficiencia pelo facto de não se executarem as obras projectadas pela mesma razão que, antigamente, se dizia ser de argente, pas de ouises... O Sr. Epitacio, devian-do o dinheiro da electrificação, a impellia n aquelle momento.

Agora, que está, novamente, em foco, o problema da electrificação da Central, é mister que se faça nova concurrencia para a sua execução. Não só os preços do material e da mão de obra não são os mesmos de quatro annos atrás, como as proprias condições da viação electrica são outras, muito se tendo evoluído e aperfeiçoado nesse sentido.

A realização de nova concurrencia não veda aos que a desistiram em 1922 virar, neste momento, reaffirmar a sua capacidade para a execução de obra de tanto vulto, dando lugar que della participem, ainda, possíveis novos candidatos.

E porque não seja proposto da nossa administração prejudicar aos concorrentes, se certos materiais de então para cá encareceram, ou prejudicar ao creario publico, quanto ao material que haja, barateado — não se pôde realizar uma obra desse vulto sem convocar os concorrentes á sua construção.

Em isso, sem duvida, o que o Governo vai fazer, mesmo porque nem se comprehende que possa agir de outro modo.

Do jornal A Noite, de 11 do corrente. (04225)

Associação dos Empregados no Comercio do Rio de Janeiro

BALANÇETE DO MEZ DE JULHO DE 1926

Saldo do mez de Junho de 1926. 198.018\$400

Recebido neste mez: Premios mensaes. 11.446\$000

Despesas: Em oblições da Associação. 25.000\$000

Despesas do saldo: Em oblições Federaes. 25.000\$000

MUTUALISTAS EM EFECTIVIDADE 917

Observações: A administração pedida dos Srs. Mutualistas que não receberam ainda as novas apostas, o objecto de enviarem á Secretaria os dados necessarios com a maior urgencia.

Subsídio parlamentar

Perfumarias finas

Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo

Premios de 1.000\$000

APPROXIMAÇÕES

TERMINAÇÕES

AVISOS

Visit of H. M. S. "Colombo"

Compagnia Chateaux réunis

Companhia Chateaux réunis

